



# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

## ESTADO DE MINAS GERAIS



### PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA.

**PROJETO DE LEI Nº 06/2024**

**Protocolo: 118/2024**

**Data Protocolo: 02/02/2024**

**Horário: 16:07:14**

**Autor: Mesa Diretora**



### **PARECER**

#### **I – RELATÓRIO**

Trata-se de projeto de lei nº 06/2024, de autoria do Mesa Diretora, que altera e inclui dispositivo na Lei 5.348/2016, a qual dispõe sobre o plano de cargos, carreira, vencimentos e estrutura organizacional dos servidores da Câmara Municipal de Muriaé.

A Comissão de Constituição, Legislação e Justiça desta Egrégia Casa Legislativa, ao analisar o Projeto de Lei nº 06/2024, que versa sobre a matéria supra, manifesta-se nos seguintes termos, conforme segue.

#### **O projeto de lei traz a seguinte justificativa:**

“O presente Projeto de Lei tem por escopo adequar o Plano de Cargos e Salários da Câmara Municipal de Muriaé à nova Resolução da Escola do Legislativo (Projeto de Resolução nº 05/2023), em trâmite perante essa Casa Legislativa, e que objetiva adequar nossa escola às diretrizes nacionais e à Associação Brasileira das Escolas do Legislativo – ABEL.

O cargo de Diretor da Escola do Legislativo passou a ser de recrutamento amplo entre os servidores efetivos e comissionados, bem como entre os vereadores.

Já o cargo de chefe da Escola do Legislativo teve sua nomenclatura alterada para Coordenador de Projetos da Escola do Legislativo, sendo o seu recrutamento também alterado, a fim de se possibilitar o recrutamento de servidores comissionados e vereadores, além dos servidores efetivos.



# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

## ESTADO DE MINAS GERAIS



Lado outro, foi criada a função gratificada de Agente de Contratação para se adequar à Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).

Outrossim, as modificações se fazem necessárias para a adequação Constitucional da Legislação Municipal, principalmente em consideração ao princípio da isonomia e especialmente com relação ao artigo 39, caput e §2º, da Lei nº 5.348/2016, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira, Vencimentos e Estrutura Organizacional dos Servidores da Câmara Municipal de Muriaé, conforme Termo de Acordo de Negociação, referente ao Expediente SEI nº 19.16.2122.0123444/2022-03, Procedimento Administrativo MPMG-0024.22.016320-8 e que figuram como atores da negociação, de um lado o Ministério Público do Estado de Minas Gerais – Coordenadoria de Controle de Constitucionalidade e do outro lado a Câmara Municipal de Muriaé – Minas Gerais. (...)”

É o relatório.

A Comissão de Constituição, Legislação e Justiça tem competência para exarar o parecer sobre a matéria em exame, com fulcro nos artigos 68, 71 e 72, VII do Regimento Interno, razão pela qual passamos à análise.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

A vertente proposição versa sobre a alteração da Lei 5.348/2016, a qual dispõe sobre o plano de cargos, carreira, vencimentos e estrutura organizacional dos servidores da Câmara Municipal de Muriaé.

Verifica-se a competência desta Casa Legislativa para dispor sobre a matéria apresentada, conforme depreende-se do art. 72, II, da LOM do Município de Muriaé:

*“Art. 72 – Cabe à Câmara Municipal, com sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado no art. 77, dispor sobre as matérias de competência do Município, especificamente:*

*(...)*

*VIII - criação, transformação e extinção de cargo, emprego e função pública na administração direta, autárquica e fundacional e fixação de remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;*

*IX - fixação do quadro de empregos das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades sob controle direto ou indireto do Município;*





# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

## ESTADO DE MINAS GERAIS



*X - política do servidor público da administração direta autárquica e fundacional, seu regime jurídico único, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;*

Quanto ao quórum de votação, leis complementares e leis ordinárias são aprovadas por quóruns diferenciados.

Inicialmente, destaca-se que o Regimento Interno estabelece quórum para votação, em seu artigo 218, que dispõe que as deliberações da Câmara serão tomadas por maioria dos votos, presentes mais da metade de seus membros.

*“Art. 218. As deliberações da Câmara serão tomadas por maioria de votos, presentes mais da metade de seus membros, salvo disposição em contrário.”*

Outrossim, o artigo 61 da Lei Orgânica do Município de Muriaé elenca que a lei ordinária se submete ao quórum de maioria simples, senão vejamos:

*“Art. 61. As deliberações da Câmara serão tomadas nas votações normais, por maioria dos membros presentes à reunião, salvos os casos previstos nesta lei.”*

**A matéria em exame figura entre aquelas pertinentes à LEI COMPLEMENTAR e deve seguir este regramento.**

A lei complementar submete-se à quórum de maioria absoluta, conforme disposto no art. 76 da Lei Orgânica do Município:

*“Art. 76 – A iniciativa da lei complementar e ordinária cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara, ao Prefeito e nos casos definidos nesta Lei Orgânica.*

***§ 1º - A Lei Complementar é aprovada por maioria dos membros da Câmara observados os demais termos de votação das leis ordinárias.***

***§ 2º - Considera-se lei complementar entre outras matérias, previstas nesta Lei Orgânica:***

*(...)*

***VIII – a lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos.***

Verifica-se ainda a previsão de iniciativa do projeto de lei no Regimento Interno desta Câmara Municipal:

*Art. 159. A Câmara Municipal exerce a função legislativa por meio de projetos de lei, de resolução, além daquelas enumeradas neste Regimento.*



# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

## ESTADO DE MINAS GERAIS



*Art. 160. Os projetos da lei e de resolução devem ser redigidos em estilo simples, conciso e em ordem direta, contendo artigos, parágrafos, incisos e alíneas, numerados e assinados por seu autor ou autores (Barão Secondat de Montesquieu – De L' Esprit de Lois).*

*Parágrafo Único – Nenhum projeto poderá conter 02 (duas) ou mais proposições independentes ou antagônicas.*

***Art. 161. A iniciativa de projeto de lei cabe:***

*I – ao Prefeito;*

*II – ao Vereador;*

*III – às Comissões da Câmara Municipal.*

***Parágrafo Único – As matérias de iniciativa privativa da Mesa da Câmara e do Prefeito estão previstas nos Arts. 73; incisos I e II, Art. 77, ambos da LOM, sem prejuízo de outras disposições constitucionais ou legais superiores.***

***Art. 162. A iniciativa de projeto de resolução cabe:***

*I – ao Vereador;*

*II – à Mesa da Câmara;*

*III – às Comissões da Câmara Municipal.*

***Art. 163. O projeto de resolução destina-se a regular, com eficácia de lei ordinária, a matéria de exclusiva competência da Câmara Municipal, de caráter político, processual, legislativo ou administrativo, ou quando deva a Casa se pronunciar sobre assuntos constantes do Regimento Interno e da LOM, que não se sujeitam à sanção do Prefeito Municipal, tais como:***

*I – elaboração do Regimento Interno;*

*II – organização e regulamentação dos serviços administrativos da secretaria;*

*III – abertura de créditos à secretaria;*

*IV – perda de mandato de Vereador;*

*V – aprovação das contas do Prefeito e do Presidente da Câmara;*

*VI – aprovação ou retificação de acordos, convênios ou termos aditivos;*

*VII – concessão do diploma de Honra ao Mérito;*





# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

## ESTADO DE MINAS GERAIS



*VIII – autorização do Prefeito para ausentar-se do Município;*

*IX – mudança temporária da sede da Câmara;*

*X – outros assuntos de sua economia interna.*

***Parágrafo Único – Naquilo que couber, aplicar-se-ão aos projetos de resolução as disposições relativas aos projetos de lei.***

Portanto, verifica-se que o presente projeto está respaldado no Regimento Interno da Câmara Municipal de Muriaé e demais legislações pertinentes.

Quanto ao mérito da propositura, está presente o interesse público que justifica a tramitação do presente projeto de lei.

### III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, arrimados nas disposições constitucionais e legais apresentadas, concluímos pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade da proposição, nos termos da fundamentação, haja vista que, em análise ao projeto, verifica-se que foi eleito o expediente legislativo correto, bem como observada a competência e iniciativa de lei, além de atender aos requisitos de constitucionalidade formal e material, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

Ante o exposto, entendemos pela **CONSTITUCIONALIDADE**, **LEGALIDADE** e **REGIMENTABILIDADE** da proposição, razão pela qual conclui esta comissão que o presente projeto está apto a ser submetido à deliberação plenária.

Lado outro, insta consignar que a emissão de parecer por essa Comissão, é de cunho meramente opinativo, ou seja, tem caráter técnico opinativo, não vinculando os vereadores, inclusive os membros dessa Comissão, que subscrevem o presente parecer, à sua motivação ou conclusão.

Por derradeiro, no que tange ao mérito da proposição em análise, cumpre esclarecer que cabe tão somente aos vereadores, no uso de sua função legislativa, verificarem a **VIABILIDADE OU NÃO DA APROVAÇÃO DA MATÉRIA**, eis que o presente parecer **não vincula as comissões, nem tampouco reflete o pensamento dos Edis.**

Plenário Dr. João Evangelista Bandeira de Melo, 05 de fevereiro de 2024.



# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Membros da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça:

  
**ADEMAR CAMERINO**


Vereador

  
**DEVAIL GOMES CORREA**

Vereador

  
**WELLINGTON FORIM FRANCISCO DE ASSIS SILVA**

Vereador

  
**ELVANDRO MACIEL DA SILVA**

Vereador Suplente



# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

## ESTADO DE MINAS GERAIS



### PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS.

**PROJETO DE LEI Nº 06/2024**

**Protocolo: 118/2024**

**Data Protocolo: 02/02/2024**

**Horário: 16:07:14**

**Autor: Mesa Diretora**

### **PARECER**

#### **I – RELATÓRIO**

Trata-se de projeto de lei nº 06/2024, de autoria do Mesa Diretora, que altera e inclui dispositivo na Lei 5.348/2016, a qual dispõe sobre o plano de cargos, carreira, vencimentos e estrutura organizacional dos servidores da Câmara Municipal de Muriaé.

A Comissão de Administração Pública desta Egrégia Casa Legislativa, ao analisar o Projeto de Lei nº 06/2024, que versa sobre a matéria supra, manifesta-se nos seguintes termos, conforme segue.

#### **O projeto de lei traz a seguinte justificativa:**

“O presente Projeto de Lei tem por escopo adequar o Plano de Cargos e Salários da Câmara Municipal de Muriaé à nova Resolução da Escola do Legislativo (Projeto de Resolução nº 05/2023), em trâmite perante essa Casa Legislativa, e que objetiva adequar nossa escola às diretrizes nacionais e à Associação Brasileira das Escolas do Legislativo – ABEL.

O cargo de Diretor da Escola do Legislativo passou a ser de recrutamento amplo entre os servidores efetivos e comissionados, bem como entre os vereadores.





# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

## ESTADO DE MINAS GERAIS



Já o cargo de chefe da Escola do Legislativo teve sua nomenclatura alterada para Coordenador de Projetos da Escola do Legislativo, sendo o seu recrutamento também alterado, a fim de se possibilitar o recrutamento de servidores comissionados e vereadores, além dos servidores efetivos.

Lado outro, foi criada a função gratificada de Agente de Contratação para se adequar à Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).

Outrossim, as modificações se fazem necessárias para a adequação Constitucional da Legislação Municipal, principalmente em consideração ao princípio da isonomia e especialmente com relação ao artigo 39, caput e §2º, da Lei nº 5.348/2016, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira, Vencimentos e Estrutura Organizacional dos Servidores da Câmara Municipal de Muriaé, conforme Termo de Acordo de Negociação, referente ao Expediente SEI nº 19.16.2122.0123444/2022-03, Procedimento Administrativo MPMG-0024.22.016320-8 e que figuram como atores da negociação, de um lado o Ministério Público do Estado de Minas Gerais – Coordenadoria de Controle de Constitucionalidade e do outro lado a Câmara Municipal de Muriaé – Minas Gerais. (...)”

É o relatório.

A Comissão Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, tem competência para exarar o parecer sobre a matéria em exame, com fulcro nos artigos 68, 71 e 72, VI, do Regimento Interno, razão pela qual passamos à análise.

## II – DO ASPECTO REGIMENTAL

Segundo o artigo 71 do Regimento Interno desta Câmara Municipal as Comissões Permanentes têm como objetivo estudar e emitir pareceres sobre assuntos submetidos a seu exame, sempre que se fizer necessário, sob a orientação da Procuradoria Jurídica da Câmara, servindo referidos pareceres de fundamento para as discussões e votações.

Outrossim o artigo 72 elenca que a competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, na forma seguinte:

(...)

VI– Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas:

a) plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual e crédito adicional, contas públicas, destacadamente, as apresentadas anualmente pelo prefeito;

(...)

d) repercussão financeira das proposições;

(...)

Insta observar também o disposto no art. 170 do Regimento Interno:





# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

## ESTADO DE MINAS GERAIS



“Art. 170. Lido em Plenário, o projeto será distribuído às Comissões Permanentes, que cuidarão de apresentar parecer à Mesa, sendo que, tendo assim ocorrido, o projeto será incluído na ordem do dia para discussão e votação, conforme segue:

§ 1º - Em regra, os projetos de lei e de resolução passam por 03 (três) votações;

§ 2º. No Plenário o projeto é submetido à 1ª (primeira) discussão, podendo ser:

a) rejeitado;

b) aprovado, sem emendas;

c) aprovado, com emendas das Comissões;

d) receber emendas, subemendas ou substitutivos em Plenário.

I - Se o Projeto é rejeitado seguirá para a Secretaria da Câmara para arquivamento;

II - Na hipótese de ser aprovado sem emendas, será enviado à Mesa Diretora para nas reuniões subsequentes, ir à 2ª e 3ª votações;

(...)”

### III – DA ANÁLISE SOB O PRISMA DA PERTINÊNCIA TEMÁTICA

Conforme já verificado, a presente proposição versa sobre a alteração da Lei 5.348/2016, a qual dispõe sobre o plano de cargos, carreira, vencimentos e estrutura organizacional dos servidores da Câmara Municipal de Muriaé.

Atendidas as exigências da legislação, esta comissão nada tem a objetar quanto ao mérito, liberando o projeto para deliberação plenária.

### IV – CONCLUSÃO

Ante o exposto, esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas da Câmara Municipal de Muriaé/MG, considerando o elevado grau de importância da matéria versada em análise e constatando a relevância do que nele se propõe, conclui que o presente projeto está apto a ser submetido à deliberação plenária.

Lado outro, insta consignar que a emissão de parecer por essa Comissão, é de cunho meramente opinativo, ou seja, tem caráter técnico opinativo, não vinculando os vereadores, inclusive os membros dessa Comissão, que subscrevem o presente parecer, à sua motivação ou conclusão.

Por derradeiro, no que tange ao mérito da proposição em análise, cumpre esclarecer que cabe tão somente aos vereadores, no uso de sua função legislativa, verificarem a **VIABILIDADE OU NÃO DA APROVAÇÃO DA MATÉRIA**, eis que o presente parecer **não vincula as comissões, nem tampouco reflete o pensamento dos Edis**.

Plenário Dr. João Evangelista Bandeira de Melo, 05 fevereiro de 2024.



# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Membros da Comissão Finanças, Orçamento e Tomada de Contas:

  
**ADEMIR CAMERINO**

Vereador

  
**VANDERLEI LUIZ LOPES**

Vereador

**REGINALDO DE SOLZA RORIZ**

Vereador

  
**DELSON LUCIO AMARO DE ANDRADE**

Vereador Suplente





# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

## ESTADO DE MINAS GERAIS



### PARECER DA COMISSÃO DE REDAÇÃO E ASSUNTOS DIVERSOS

**PROJETO DE LEI Nº 06/2024**

**Protocolo: 118/2024**

**Data Protocolo: 02/02/2024**

**Horário: 16:07:14**

**Autor: Mesa Diretora**

### **PARECER**

#### **I – RELATÓRIO**

Trata-se de projeto de lei nº 06/2024, de autoria do Mesa Diretora, que altera e inclui dispositivo na Lei 5.348/2016, a qual dispõe sobre o plano de cargos, carreira, vencimentos e estrutura organizacional dos servidores da Câmara Municipal de Muriaé.

A Comissão de Administração Pública desta Egrégia Casa Legislativa, ao analisar o Projeto de Lei nº 06/2024, que versa sobre a matéria supra, manifesta-se nos seguintes termos, conforme segue.

#### **O projeto de lei traz a seguinte justificativa:**

“O presente Projeto de Lei tem por escopo adequar o Plano de Cargos e Salários da Câmara Municipal de Muriaé à nova Resolução da Escola do Legislativo (Projeto de Resolução nº 05/2023), em trâmite perante essa Casa Legislativa, e que objetiva adequar nossa escola às diretrizes nacionais e à Associação Brasileira das Escolas do Legislativo – ABEL.

O cargo de Diretor da Escola do Legislativo passou a ser de recrutamento amplo entre os servidores efetivos e comissionados, bem como entre os vereadores.

Já o cargo de chefe da Escola do Legislativo teve sua nomenclatura alterada para Coordenador de Projetos da Escola do Legislativo, sendo o seu recrutamento também alterado, a fim de se possibilitar o recrutamento de servidores comissionados e vereadores, além dos servidores efetivos.



# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

## ESTADO DE MINAS GERAIS



Lado outro, foi criada a função gratificada de Agente de Contratação para se adequar à Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).

Outrossim, as modificações se fazem necessárias para a adequação Constitucional da Legislação Municipal, principalmente em consideração ao princípio da isonomia e especialmente com relação ao artigo 39, caput e §2º, da Lei nº 5.348/2016, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira, Vencimentos e Estrutura Organizacional dos Servidores da Câmara Municipal de Muriaé, conforme Termo de Acordo de Negociação, referente ao Expediente SEI nº 19.16.2122.0123444/2022-03, Procedimento Administrativo MPMG-0024.22.016320-8 e que figuram como atores da negociação, de um lado o Ministério Público do Estado de Minas Gerais – Coordenadoria de Controle de Constitucionalidade e do outro lado a Câmara Municipal de Muriaé – Minas Gerais. (...)”

É o relatório.

A Comissão de Redação e Assuntos Diversos da Câmara Municipal de Muriaé/MG, constituída dos Vereadores que subscrevem ao final, no uso de suas atribuições legais e regimentais, notadamente com fundamento no art. 72, III, assim se manifesta:

## II. DO ASPECTO REGIMENTAL

Segundo o artigo 71 do Regimento Interno desta Câmara Municipal as Comissões Permanentes têm como objetivo estudar e emitir pareceres sobre assuntos submetidos a seu exame, sempre que se fizer necessário, sob a orientação da Procuradoria Jurídica da Câmara, servindo referidos pareceres de fundamento para as discussões e votações.

Outrossim o artigo 72 elenca que a competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, na forma seguinte:

(...)

III– Comissão de Redação e Assuntos Diversos:

a) redação final da proposição.

(...)

Insta observar também o disposto no art. 170 do Regimento Interno:





# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

## ESTADO DE MINAS GERAIS

“Art. 170. Lido em Plenário, o projeto será distribuído às Comissões Permanentes, que cuidarão de apresentar parecer à Mesa, sendo que, tendo assim ocorrido, o projeto será incluído na ordem do dia para discussão e votação, conforme segue:

§ 1º - Em regra, os projetos de lei e de resolução passam por 03 (três) votações;

§ 2º. No Plenário o projeto é submetido à 1ª (primeira) discussão, podendo ser:

- a) rejeitado;
- b) aprovado, sem emendas;
- c) aprovado, com emendas das Comissões;
- d) receber emendas, subemendas ou substitutivos em Plenário.

I - Se o Projeto é rejeitado seguirá para a Secretaria da Câmara para arquivamento;

II - Na hipótese de ser aprovado sem emendas, será enviado à Mesa Diretora para nas reuniões subsequentes, ir à 2ª e 3ª votações;

(...)”

### III – DO PARECER FINAL

Ao analisar o presente projeto, a Comissão verificou a redação do mesmo, nos termos do art. 238 e seguintes do Regimento Interno, opinando pelo prosseguimento da tramitação da proposta nos moldes do art. 170, §5º do mesmo Diploma Legal.

### IV – CONCLUSÃO

Ante o exposto, esta Comissão de Redação e Assuntos Diversos conclui pela regularidade da redação da proposta ***com correção no quadro de gratificações, conforme Emenda Verbal do Vereador Ciso, alterando o Valor das Gratificações do Anexo V do Quadro de Gratificações para R\$ 3.800,00(três mil e oitocentos reais), nas Funções de Pregoeiro, Presidente da Comissão de Avaliação de Desempenho, Controlador Interno e Agente de Contratação***, opinando pela tramitação conforme deliberado em Plenário com a emenda, com a consequente remessa para a Secretaria da Casa para fins de se proceder os trâmites necessários e remessa ao Poder Executivo.



# CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Plenário Dr. João Evangelista Bandeira de Melo, 05 de fevereiro de 2024.

Membros da Comissão de Redação e Assuntos Diversos:

  
**ADEMAR CAMERINO**  
Vereador

  
**ANTONIO AFONSO SOARES TOMAZ**  
Vereador

  
**VANDERLEI LUIZ LOPES**  
Vereador

**RANGEL MARTINO DE OLIVEIRA PAIVA**  
Vereador Suplente